

Despacho n.º 9480/2006 (2.ª série). — Nos termos conjugados do artigo 230.º da Constituição, do artigo 1.º, n.º 2, alínea *d*), da Lei n.º 4/85, de 9 de Abril, na redacção dada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio adjunta do meu Gabinete a licenciada Dorinda Maria Trindade Vagos Gomes.

A nomeada fica autorizada, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, a exercer as actividades aí referenciadas.

30 de Março de 2006. — O Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, *Antero Alves Monteiro Diniz*.

Despacho n.º 9481/2006 (2.ª série). — Nos termos conjugados do artigo 230.º da Constituição, do artigo 1.º, n.º 2, alínea *d*), da Lei n.º 4/85, de 9 de Abril, na redacção dada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino que a assistente administrativa especialista Maria João Marques dos Santos, nomeada para prestar apoio administrativo e de secretariado ao núcleo do meu Gabinete sediado em Lisboa, para o qual não foi nomeada qualquer secretária pessoal, aufera uma remuneração mensal de € 1900 e subsídios de férias e de Natal em igual montante, bem como subsídio de refeição, actualizáveis em função dos aumentos para a função pública.

30 de Março de 2006. — O Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, *Antero Alves Monteiro Diniz*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 9482/2006 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 330/99, de 20 de Agosto, e no uso de competência própria decorrente da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e das que se me encontram subdelegadas, designo como minha substituta legal no período de gozo de férias, entre 22 de Dezembro de 2005 e 5 de Janeiro de 2006, a secretária-geral-adjunta, licenciada Albertina de Jesus Gomes Guedes.

Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados entre 22 de Dezembro de 2005 e 5 de Janeiro de 2006 pela secretária-geral-adjunta, supra-identificada.

7 de Março de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Chefia do Serviço de Pessoal

Aviso n.º 5129/2006 (2.ª série). — Por despacho do comandante-geral de 6 de Abril de 2006 (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas) e nos termos da alínea *c*) do artigo 266.º do EMGNR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, com a alteração que lhe foi dada pelo artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 504/99, é promovido ao posto de cabo, por diuturnidade, o soldado de infantaria 1830683, Jorge Alves Mourita, da Brigada de Trânsito desta Guarda, contando a antiguidade e vencimentos do novo posto desde 9 de Março de 2006.

10 de Abril de 2006. — Pelo Chefe do Estado-Maior, *José da Silva Roberto*, TEN COR INF.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 9483/2006 (2.ª série). — Considerando que o licenciado Domingos Marques Nunes Lourenço, assessor da carreira técnica superior de dotação global da Polícia de Segurança Pública, a exercer funções dirigentes no cargo de director do Gabinete de Deontologia e Disciplina (equiparado a chefe de divisão), reúne as condições necessárias para o acesso à categoria de assessor principal e requereu a nomeação para o respectivo lugar, por despacho de

22 de Março de 2006 do director nacional e ao abrigo do disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, é nomeado, com dispensa de concurso, na categoria de assessor principal da carreira técnica superior, com efeitos reportados a 29 de Janeiro de 2006.

7 de Abril de 2006. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Gabinete de Deontologia e Disciplina

Aviso (extracto) n.º 5130/2006 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 17 de Janeiro de 2006:

Celeste Maria Gonçalves Fernandes, de 43 anos de idade, casada, filha de Valdemar Gonçalves e de Maria Augusta Castro Gonçalves, natural da freguesia de Golães, concelho de Fafe, agente principal M/134030, do Comando de Polícia de Aveiro da PSP — aplicada a pena de aposentação compulsiva.

Esta declaração é feita nos termos do artigo 57.º, n.º 5, do Regulamento Disciplinar da PSP, aprovado pela Lei n.º 7/90, de 20 de Fevereiro.

12 de Abril de 2006. — O Director, *Domingos Lourenço*.

Governo Civil do Distrito de Évora

Aviso n.º 5131/2006 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Março da secretária do Governo Civil do Distrito de Évora, no uso de competências delegada:

Maria das Candeias Rodrigues Mendonça Segurado, auxiliar de limpeza do quadro privativo do Governo Civil do Distrito de Évora — autorizado o abono de vencimento perdido por motivo de doença no período de 8 a 21 de Março de 2006, correspondente a 14 dias.

4 de Abril de 2006. — A Secretária, *Maria Teresa Tedeu*.

Governo Civil do Distrito de Lisboa

Aviso n.º 5132/2006 (2.ª série). — Por despacho da governadora civil de 5 de Abril de 2006, depois de confirmado o cabimento orçamental pela 4.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 115, de 18 de Maio de 2002:

Elisete Maria dos Reis Ferreira Beirão Nunes, assistente administrativa, em regime de contrato administrativo de provimento, na Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — nomeada provisoriamente, pelo período de um ano, assistente administrativa do quadro privativo do Governo Civil de Lisboa, precedendo concurso interno de ingresso, sendo fixada a remuneração correspondente ao índice 209, escalão 2.

Catarina Cristina Chaves Gomes Neves, assistente administrativa, em regime de contrato administrativo de provimento, no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa — nomeada provisoriamente, pelo período de um ano, assistente administrativa do quadro privativo do Governo Civil de Lisboa, precedendo concurso interno de ingresso, sendo fixada a remuneração correspondente ao índice 199, escalão 1.

Alexandra Cristina Liberato Ribeiro, assistente administrativa, em regime de contrato administrativo de provimento, no Instituto Politécnico de Lisboa — nomeada provisoriamente, pelo período de um ano, assistente administrativa do quadro privativo do Governo Civil de Lisboa, precedendo concurso interno de ingresso, sendo fixada a remuneração correspondente ao índice 199, escalão 1.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Abril de 2006. — A Secretária, *Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 5133/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria do Nascimento Jesus Gomes, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana,

nascida em 1 de Abril de 1963, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Aviso n.º 5134/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Idalina Fortes Semedo Tavares, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 1 de Junho de 1958, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Aviso n.º 5135/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Domingos Semedo Tavares, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 1 de Junho de 1960, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Aviso n.º 5136/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Gomes Correia, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 7 de Fevereiro de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Aviso n.º 5137/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Cecília de Carvalho Rocha, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 25 de Maio de 1956, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Aviso n.º 5138/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a António Rocha Pinto, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 6 de Junho de 1968, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Aviso n.º 5139/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Francisca Maria dos Santos, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 5 de Março de 1957, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Aviso n.º 5140/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização,

a Albertina Mascarenhas Silva Ribeiro, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 2 de Outubro de 1963, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA DEFESA NACIONAL E DA SAÚDE

Despacho conjunto n.º 359/2006. — Os Estatutos do Instituto Nacional de Emergência Médica prevêem expressamente a existência de uma comissão técnico-científica, enquanto órgão consultivo daquele instituto público, presidida pelo respectivo presidente do conselho de administração e composta por representantes de várias entidades, a nomear por despacho ministerial.

Assim, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 17.º dos Estatutos do Instituto Nacional de Emergência Médica, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 167/2003, de 29 de Julho, determina-se o seguinte:

1 — São nomeados membros da comissão técnico-científica do Instituto Nacional de Emergência Médica:

a) Em representação da Direcção-Geral da Saúde:

Licenciada Maria da Graça Gregório de Freitas, membro efectivo;

Licenciado José Alberto Noronha Marques Robalo, membro suplente;

b) Em representação do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil:

Licenciado Manuel João Ribeiro, membro efectivo;

Licenciado José Cunha da Cruz, membro suplente;

c) Em representação da Liga dos Bombeiros Portugueses:

Licenciado Duarte Nuno da Silva Quintão Caldeira, membro efectivo;

Licenciado Paulo Jorge Simões Hortênsio, membro suplente;

d) Em representação da Cruz Vermelha Portuguesa:

Coronel médico Donato Lopes Sousa Ramos, membro efectivo;

Licenciado José Manuel Almeida do Couto, membro suplente.

30 de Março de 2006. — Pelo Ministro da Defesa Nacional, *Manuel Lobo Antunes*, Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar. — Pelo Ministro da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*, Secretário de Estado da Saúde.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9484/2006 (2.ª série). — A Lei n.º 34/98, de 18 de Julho, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 161/2001, de 22 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 170/2004, de 16 de Julho, veio estabelecer um regime excepcional de apoio aos ex-prisioneiros de guerra, nomeadamente a atribuição de uma pensão.

Assim, nos termos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 161/2001, de 22 de Maio, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 170/2004, de 16 de Julho, e concluída que está a instrução dos processos no âmbito do Ministério das Finanças e da Administração Pública (Caixa Geral de Aposentações), determina-se a concessão aos ex-prisioneiros de guerra do Corpo da Guarda Fiscal do ex-Estado da Índia Bartolomeu Vicente de Carvalho, Diogo Augusto Meireles e Luís Farinha Marques da pensão a que se refere o artigo 4.º do referido decreto-lei.